



GT 39. Estudos etnográficos sobre cidadania

Coordenador(es):

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP - Universidade Federal do Amapá)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB - Universidade de Brasília)

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre “direitos”, “cidadania”, “igualdade” e “justiça”. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a “cidadania” como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a “cidadania” é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre “cidadania”.

Os usos articulados da luta política nas batalhas de poesia no Slam das Minas- RJ.

Autoria: Semirames Khattar (ISECENSA - Instituto Superior de Educação do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora)

Este artigo analisa, a partir do work de campo em andamento desde janeiro de 2019, as condições e os processos na denominada resistência de poetas que disputam as batalhas de poesia falada no Slam das Minas no Rio de Janeiro. O objetivo é discutir como estas articulam os usos políticos da categoria luta e seus desdobramento na incorporação na percepção e modos de percepção sobre os insultos, injúrias e moralidades para a construção de garantias do exercício da denominada cidadania ativa e seus desdobramentos. Os Slams são batalhas de poesia onde possuem regras próprias de apresentação artísticas e são visualizados por seus criadores ora como uma Ágora, como meio de conexão e debate sobre injustiças, ora, como uma Egrégora, pela união da nação de poetas através da criação de valores e aspirações comuns. O eixo comum é a enunciação das organizadoras para a delimitação do Slam como um espaço considerado como “seguro” para as minorias sociais exporem suas formas de expressão, garantindo direito à liberdade e tratamento igualitário entre os participantes. A liberdade de expressão é visualizada para além da autonomia em sua acepção tradicional da democracia liberal tendo em vista que há um resgate das vozes coletivas que foram deslocadas historicamente para a margem, como mulheres e outras expressões de gênero considerados como não hegemônicos. Os aparecimentos dessas vozes nas ruas podem ser analisados a partir da análise acerca da democratização do espaço público e das articulações políticas sobre os sentidos cotidianos sobre resistir e lutar. Contudo, tais sentidos vividos e experienciados são cotidianamente tensionados numa disputa interna entre o grupo e outros Slams sobre os direitos das mulheres, pelo exercício de resgate da ancestralidade derivado do “mulherismo africano”, das transições de gênero e buscas por tratamento igualitário, bem como dos sentidos de liberdade das mulheres negras frente ao movimento feminista. Assim a liberdade não é uma categoria abstrata, mas sim redimensionada por distintos interesses de afirmação de cada grupo que compõe a cena dos Slams. Desta forma, pretendeu-se analisar as



gramáticas de injustiças e suas dinâmicas cotidianas, suas formas de incorporação sobre como exercer a cidadania através da identificação das tensões sobre identidade e afirmação da igualdade e liberdade relacional no âmbito dos direitos das mulheres e expressões de gênero considerados minorias sociais. A análise da ação política na construção de um espaço de encontro entre poetas, coletivos sociais, artistas e políticos é fundamental para compreensão da cidadania.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: